

JULIA TERAYAMA - 22/07/2013



BAIRRO BENTO FERREIRA, em Vitória, onde há cobrança de taxa de marinha: 70 mil imóveis do Estado pagam a taxa à União, 46 mil na Grande Vitória

SENADO

Comissão aprova fim da taxa de marinha em Vitória

Comissão no Senado votou a favor de PEC que retira cidades sediadas em ilhas costeiras da relação de bens da União

Marcos Rosetti
Tais de Hollanda

Cidades sediadas em ilhas costeiras serão excluídas da relação de bens da União. É o que prevê uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 71/2013) aprovada ontem pela Co-

missão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O projeto vai a plenário na semana que vem.

A mudança, proposta pelo senador Ricardo Ferraço, atinge capitais como Vitória, Florianópolis e São Luís.

Na capital do Espírito Santo, estima-se que 24 mil famílias moram em áreas consideradas de marinha, segundo dados da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Estado. O órgão ainda informou que, dos 70 mil imóveis do Estado que pagam a taxa à União, 46 mil estão na Grande Vitória.

Segundo Ricardo Ferraço, a Emenda Constitucional 46 de 2005 já teria excluído as ilhas costeiras

que sediam municípios da relação de bens da União. Porém, até hoje há dúvidas sobre o dispositivo.

Em Vitória, 50 bairros que têm a cobrança da taxa de marinha estão em áreas populares, segundo afirmou Ricardo. “Os moradores afirmam que não conseguem regularizar os imóveis devido à burocracia e ao alto valor da taxa. E são obrigados a pagar laudêmios sobre benfeitorias”, afirmou o senador.

Segundo a relatora do projeto, a senadora Rose de Freitas, o texto elimina a dupla taxação. “As dúvidas levam alguns proprietários de imóveis a serem taxados duas vezes — pelo governo federal e pelo municipal —, e a PEC acaba com

essa dúvida”, afirma.

Já o deputado federal Lelo Coimbra afirmou que para encurtar o caminho da PEC, é possível incluí-la como emenda da Medida Provisória 691, que autoriza a União a vender imóveis de sua propriedade, inclusive terrenos de marinha. “Por eu ser relator, podemos fazer essa manobra”, afirmou o deputado.

O advogado especializado em taxa de marinha Felipe Sardemberg afirmou que a aprovação da proposta na comissão no Senado não vai dispensar o pagamento da taxa no dia posterior, pois a PEC seguirá ainda para dois turnos de discussão e votação no plenário.

Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar até o continente

1 TERRENOS DE MARINHA: ficam situados na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, criado em 1831, em direção ao continente. A grosso modo, a medida é feita a partir da vegetação de restinga.

LOCAIS

- > NO ESPÍRITO SANTO, a cobrança da taxa existe em 14 municípios.
- > EM VITÓRIA, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão

em área popular. Entre as regiões onde são cobradas as taxas estão Santa Lúcia, Ilha de Santa Maria e Bento Ferreira.

2 TAXA DE OCUPAÇÃO: terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, o percentual é de 5% (ao ano).

3 LAUDÊMIO: é um pagamento de 5% que o contribuinte faz pela transferência dos terrenos de marinha, que são considerados bens da União.

4 AFORAMENTO: já os fideiussários pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.

INSATISFAÇÃO

RODRIGO GAVINI/AT



Alívio no orçamento

A aposentada Eúnice Calazans, 74, é dona de casas em Bento Ferreira e na Praia do Suá, em Vitória, que estão em terrenos de marinha. Sua irmã, Dircy Calazans, 84, está na mesma situação.

Elas acreditam que o fim do pagamento da taxa vai aliviar muito no bolso. “Eu comprei o terreno de Bento Ferreira do Estado e mesmo assim sou cobrada da taxa. Isso é um absurdo”, desabafou Eunice.

OPINIÕES

THIAGO COUTINHO - 10/10/14



ROSE DE FREITAS, senadora

THIAGO COUTINHO - 18/09/15



LELO COIMBRA, deputado federal

AGÊNCIA SENADO



RICARDO FERRAÇO, senador

FERNANDO RIBEIRO - 14/03/15



PAULO MARANGONI, pres. da Ambef

ACERVO PESSOAL



LAUDEIR FRAUCHES, economista

“Nunca seremos donos de nossas casas? A PEC vem justamente para mudar esse fato, para preencher essa lacuna”

“A taxa foi ficando absurda ao longo dos anos. Tem gente que recebe boleto de R\$ 50 mil. O projeto agora começa a engatinhar”

“A PEC vislumbra um benefício para grande número de brasileiros, sem colocar em risco a receita da União”

“É um absurdo uma taxa criada em 1831 ainda existir. Só acredito em progresso se a Presidente não vetar”

“Essa taxa já era para ter sido eliminada há muito tempo. Será um alívio para o bolso de muitos brasileiros”